

Notas:

¹ Jean-Michel BRABANT, «Crise da Geografia, crise da escola», *O ensino da Geografia*, São Paulo, Vesentini, 1989, p. 20, cit. en Quintero Palacios 1995:5.

² Para un análisis más extenso de esta obra en el contexto de su tiempo, cfr. Pedro NAVARRO FLORIA, «Un país sin indios. La imagen de la Pampa y la Patagonia en la geografía del naciente Estado argentino», en *Scripta Nova*, Revista electrónica de Geografía y Ciencias Sociales (Barcelona), 51 (1 nov 1999), <http://www.ub.es/geocrit/sn-51.htm>.

³ Curiosamente, no parece coincidir completamente esta mirada sobre los pueblos originarios con la que contienen los primeros textos escolares de Historia de la época. El *Compendio de Historia de las Provincias Unidas del Río de la Plata* (1ª ed. 1863) de Juana Manso, si bien describe una población indígena nómada y dispersa por una Pampa árida, reconoce en su «barbarie» algunos rasgos positivos (Podgorny 1999:109-111). El *Catecismo de historia argentina* (s/f), incluso, presenta un «carácter» indígena paralelo al del argentino contemporáneo: sin maldad, manso y hospitalario (Podgorny 1999:112).

⁴ Parecido vacío de información acerca del interior del territorio parece haberse reflejado, por ejemplo, en el primer texto escolar de geografía bonaerense: el *Curso de geografía de la Provincia de Buenos Aires*, del director del Colegio de la América del Sud, Lorenzo Jordana (Bosch 1961). Tras reclamar para la provincia los territorios «desde el arroyo del Medio hasta el cabo de Hornos» y «desde el cabo de San Antonio hasta la cordillera de los Andes», asigna a las Pampas un clima «muy frío en invierno, a causa de esa gran soledad que las cubre», y a la Patagonia «espantosos huracanes y terribles terremotos» y pobladores de «figura deforme», de «carácter muy taimado y traicionero», incluso antropófagos en el caso de los fueguinos. No hemos accedido a consultar el texto de Jordana sino a través del artículo de Bosch.

⁵ Cit. en Beatriz BOSCH, «Martin De Moussy, geógrafo de la Confederación Argentina», en *En la Confederación Argentina, 1854-1861*, Buenos Aires, EudeBA, 1998, p. 217.

A Educação no Sul de Mato Grosso Fronteira com o Paraguai (1870-1930)¹

Carla Villamaína Centeno*

Resumo

Esse artigo procura verificar qual o papel que exercia a educação no sul da fronteira de Mato Grosso com o Paraguai, no período correspondente aos anos de 1870 a 1930. A fronteira, assim como todo o Estado de Mato Grosso, passava por um período de mudanças, facilitadas pela liberação da navegação do Rio Paraguai permitindo que a província tivesse acesso ao mercado mundial. A região da fronteira, ricas em ervais e pastos para criação de gado, passa a receber levas de imigrantes, sobretudo paraguaios e gaúchos, contribuindo para o povoamento da região. A maior parte dessa população era constituída de trabalhadores rurais e se concentrava no campo; eram poucos os que podiam ter acesso à educação formal. Carente de recursos para atender as precárias e improvisadas escolas da região, o governo de Mato Grosso pouco pôde fazer para atender a população que lá habitava. As escolas pouco ou nada influíram na educação daquela população. A educação se dava no trabalho e atendia uma necessidade do trabalhador: a produção de sua existência.

Abstract:

The Education in South of Mato Grosso with Paraguay (1870 – 1930)

This article wants to find out what the role that practised the education in the South of Mato Grosso frontier with Paraguay in the age of 1870 to 1930. The frontier, like all state of Mato Grosso passed over a period of changes, facilitated by opening of navigation of Paraguay river permitting that the province had access to world market. The region of border, rich in herbs and grazing for cattle, starts to receive immigrants overall paraguayans and «gaúchos» contributing to the population of region. The biggest part of this population was established by rural workers and was concentrated in fields far from cities; were few that could have access to formal education. Destitute of riches to attend the precarious and improvised schools of region, the government of Mato Grosso could do a little to care for the population that lived there. The schools little or nothing influenced in education that population. The education was in work and attended a worker's necessity: the support of your subsistence.

* Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - Campo Grande (Brazil).

Introdução:

Em visita às escolas de Cuiabá, capital de Mato Grosso, em 1884, o presidente de província General Barão de Batovy, elogiava a frequência dos alunos nas escolas daquela localidade, resultado a seu ver da abnegação e do esforço dos pais que «compreendem a suprema necessidade de instrução primária, sem o qual o homem pouco difere dos irracionais» (BATOVI, 1884:87). Todavia, observava que a situação não era das melhores no interior «cujas escolas são, pela maior parte, pouco freqüentadas, principalmente as das simples povoações.» (BATOVI, 1884:87). A explicação para essa ocorrência, segundo ele, era de fácil entendimento:

Homens que vivem de pequena lavoura, trabalhando com seus próprios braços, porque em geral não os podem ter pagos, aproveitam aquelas habitantes o serviço dos filhos, desde que estes attingem a idade escolar, fazendo-lhes partilhar os rudes labores a que vivem entregues, pouco se lhes dando de commeter a gravissima falta de os deixarem crescer na ignorancia a mais completa (BATOVI, 1884:88).

Na mesma linha de pensamento do Barão, o vice-presidente de província Dr. José Joaquim R. Ferreira, discutindo sobre a lei do ensino primário obrigatório, também observava essa ocorrência e perguntava-se em 1887:

E será exequível entre nós semelhante disposição? Os filhos do proletário, como sabeis, começam bem cedo a auxiliar seus pais em suas fainas diárias, e quando mesmo estes possam dispensar o seu auxilio, poderão fazer a necessaria despeza com vestuario, calçado, livros, papel, etc? E por ventura poderá a Provincia supprir gratuitamente de calçado, livros, etc, os meninos que estiverem nas condições de receber a instrução primária, e não puderem fazel-o pela extrema pobreza se seus pais? Não; a disposição do artigo 27 será por muito tempo letra morta entre nós (FERREIRA, 1887:45-46).

As observações que fazem os presidentes de província merecem um profundo questionamento acerca da realidade de Mato Grosso e de sua população. Que necessidades e possibilidades tinha ainda uma população exclusivamente rural de educar-se através da escola? De que forma, um Estado como Mato Grosso, de economia ancorada em produtos primários e dependente do mercado externo poderia disseminar e financiar a instrução para toda a população?

A partir desses questionamentos poderíamos começar a buscar uma melhor compreensão a respeito do papel que exercia a educação em Mato Grosso e, em especial, na fronteira sul com o Paraguai, região rica em ervais, cuja colonização é incrementada a partir do final da guerra da Tríplice Aliança (1864 – 1870).

As transformações do pós-guerra em Mato Grosso

A liberação da navegação do rio Paraguai, medida tomada após a Guerra da Tríplice Aliança, contribuiu significativamente para que a exploração da erva-mate se desenvolvesse em Mato Grosso, abrindo a possibilidade de maior intercâmbio da região com o mercado mundial. Permitiu, também, que Mato Grosso pudesse ter acesso à modernidade. Essa medida, rompe, definitivamente, com antigas amarras que barravam o desenvolvimento da província, representando uma nova fase na história do capitalismo dessa região².

Desde a época colonial, Mato Grosso vinha sofrendo de uma deficiente comunicação com o resto do país. As estradas que faziam a ligação da província com a Corte, no Rio de Janeiro, eram extremamente perigosas, precárias, longas e as viagens, bastante dispendiosas³. A abertura da navegação do rio Paraguai, além de reduzir custos e o tempo de viagem, permitia que a província viesse a estabelecer contato com os países do Prata beneficiando-se com inúmeras vantagens, sendo, a principal delas, a promoção da comunicação com o comércio mundial, facilitando a importação e exportação de mercadorias, algumas até desconhecidas em Mato Grosso.

Facilitando o acesso da província de Mato Grosso ao mercado mundial⁴, o franqueamento da navegação do rio Paraguai atraiu capitais e novas frentes pioneiras. Essas mudanças aceleraram o processo de acumulação em Mato Grosso, refletindo-se, também, na região da fronteira.

A partir de então, capitalistas se instalam na região adquirindo terras e monopolizando a produção. O comércio em Corumbá, principal entreposto comercial da província, foi dinamizado com a instalação das principais casas comerciais da região que intermediavam a ligação com o comércio exterior. Inúmeros imigrantes, sobretudo paraguaios, para lá se dirigiam em busca de melhores condições de vida (CORRÊA, 1997).

As estatísticas oficiais sobre a população de Mato Grosso apontam um crescimento significativo da população nos anos do pós-guerra. No que se refere à população estrangeira o salto se dará após o ano de 1900. Vejamos, então, os dados dos anos de 1872 a 1920:

População do Estado de Mato Grosso segundo a nacionalidade: 1872 – 1920

Ano	Nacionais	Estrangeiros	Total
1872	58.748	1.669	60.417
1890	91.827	959	92.827
1900	105.820	12.205	118.025
1920	220.948	25.321	246.612

Fonte: Corrêa Filho (1969: 635-637)

Essas modificações incidiram em maiores investimentos na província e atraíram muitos imigrantes que vinham em busca de terras para trabalhar. Assim, temos na província um maior afluxo de capitais que serão investidos em vários setores da economia. Tanto no norte, quanto no sul de Mato Grosso esse afluxo vai se manifestar em uma procura mais intensa por concessões de terras para exploração dos ervais, da borracha e por pastos para criação de gado. A partir desse período se acirra, então, a luta pela posse da terra e se intensifica a expropriação dos índios que ocupavam a região. Na região da fronteira com o Paraguai ela se dará, sobretudo, devido aos ervais nativos, iniciando, assim, um processo que deixará marcas profundas na memória do homem fronteiriço.

A colonização da fronteira Brasil-Paraguai e a chegada de imigrantes

No período anterior a Guerra da Tríplice Aliança, a região da fronteira de Mato Grosso com o Paraguai, foi uma região pouco povoada. Afora os índios, essa região era habitada por alguns criadores de gado que vinham de São Paulo e Minas Gerais⁵ e militares responsáveis pela defesa do território brasileiro⁶.

Mas, em razão das mudanças já apontadas, a partir dos anos 1870, a fronteira passa a atrair um novo contingente de imigrantes originários do Paraguai. Os paraguaios se dirigiam para Mato Grosso fugindo da crise econômica do pós-guerra e das mudanças que se operavam no Paraguai, cujos reflexos afetaram diretamente o camponês que perdera a terra como seu único meio de sobrevivência. Foram vindo pela fronteira seca, em grandes levadas e representaram uma das maiores ondas de imigração ocorridas

na fronteira sul de Mato Grosso. A presença da população paraguaia foi tão significativa na fronteira que o nacionalista Mello e Silva, preocupava-se com os costumes e vícios que essa cultura «impregnava» em toda a região da fronteira, pois «(...) a despeito de parecerem de civilização inferior, muitos dos nossos [brasileiros] são por eles absorvidos (...) talvez porque dominem pelo número.» (1947, p. 72).

Assim, expropriados de suas terras e não tendo capitais disponíveis, esses imigrantes ocupavam as terras devolutas e logo eram expulsos pelos grandes proprietários acusados de cometerem crimes na região (CORRÊA, 1997, p. 225)⁷. Sem apoio nem recursos, essa população virou alvo fácil da marginalização. Muitos encontravam no crime, no banditismo, no contrabando ou na prostituição um meio de escapar da fome (CORRÊA, 1997, p. 295). Todavia, a criminalidade não foi o único recurso que encontrou o imigrante para manter sua sobrevivência. A maior parte teve de dispor do único meio que ainda lhe restara: a força de trabalho, empregando-se como peões nas fazendas de gado, em serviços domésticos, como soldados nas guarnições da fronteira e, sobretudo, no duro trabalho da extração e elaboração da erva-mate.

Mais tarde, a partir dos anos 1890, a fronteira passou a receber, também, imigrantes gaúchos, atraídos pela fama dos vastos ervais e campos para criação de gado. Procurando fugir da crise política que assolava o Rio Grande do Sul, ocasionada pela Revolução Federalista de 1893, essa população, numa aventureira viagem rumo ao incerto, enfrentou muitos reveses para conseguir produzir independentemente. Ficou circulando na fronteira na expectativa de que fosse extinto o arrendamento da Companhia Matte Larangeira, empresa multinacional que monopolizou a erva-mate no Estado por longos 50 anos⁸. Os poucos imigrantes que conseguiam adquirir terras, acabavam tendo de ficar na dependência dessa empresa que tinha o controle sobre o transporte e, por este motivo, ditava os preços da comercialização.⁹

Inúmeras cidades como Ponta Porã, Bela Vista, Dourados, Nhu-Verá (Antonio João), Nioaque, Amambai, Iguatemi, ou seja, as cidades que se localizavam no extremo sul do Estado, tiveram seu desenvolvimento incrementado ou foram fundadas com o advento dessas populações que adentravam na fronteira, aumentando o contingente populacional. Como foi demonstrado, a população em Mato Grosso ia aumentando após a guerra do Paraguai, devido ao período que se seguiu de mudanças nas estruturas econômicas, que passaram a atrair um maior número de imigrantes.¹⁰

Todavia, é difícil precisar com rigor o número dos imigrantes que entravam em Mato Grosso. Corrêa (1997:278) tentando obter números da

imigração gaúcha no sul de Mato Grosso, também levanta o problema da falta de informações corretas e seriadas sobre o movimento migratório, pois os dados disponíveis são esparsos e, algumas vezes, hipotéticos. De qualquer maneira, baseando-se nos dados de dois cronistas, essa autora traz algumas informações que variam entre sete e dez mil o número de imigrantes gaúchos que teriam se dirigido a Mato Grosso.¹¹

Os dados estatísticos oficiais sobre a população em Mato Grosso, afora o de 1920, não discriminam a população estrangeira por nacionalidade. Todavia, encontramos alguns dados dispersos que apresentam de forma discriminada a entrada de estrangeiros em Mato Grosso. No ano de 1875 foi assinalado uma entrada de 485 estrangeiros em Mato Grosso. Destes, 228 eram de origem paraguaia, 109 eram italianos, 31 espanhóis, 30 portugueses e 20 argentinos (BRANDÃO, 1991:112 *apud* SIQUEIRA, 1999:82). No ano de 1880, o secretário da Polícia em Cuiabá apontava a entrada de 225 estrangeiros, sendo 65 italianos, 48 paraguaios, 32 portugueses, 18 argentinos, 16 orientais, 14 franceses, 14 bolivianos, 9 espanhóis, 4 ingleses, 3 norte americanos, 1 grego e 1 austríaco. Destes, 165 vinham para residir e 60 estavam de passagem (GALVÃO, 1881:28).

No que se refere à população paraguaia na fronteira podemos inferir que os números apresentados pelas estatísticas oficiais não expressam com exatidão a presença dessa população em Mato Grosso. Por estar grande parte dos paraguaios empregada nos ervais, muitos de difícil acesso, acreditamos que a população paraguaia passava longe das estimativas oficiais. Podemos deduzir, também, que muitos trabalhadores não tinham sequer visto de entrada no país, já que a maior parte entrava pela fronteira seca mais localizada ao sul, na região de Ponta Porã. Além disso, muitos trabalhadores paraguaios entravam no país à força e eram prisioneiros no Paraguai.¹²

Contudo, o censo de 1920 pode nos aproximar do número da população paraguaia na região dos ervais, sobretudo na cidade de Ponta Porã, que abrigava o maior número de estrangeiros e constituía o segundo maior adensamento populacional do Estado de Mato Grosso. Observe-se que o censo de 1920 é mais preciso quanto à população, e nos revela a importância que tinha a economia ervateira nos municípios da fronteira.

ESTADO DE MATO GROSSO: POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS. SEGUNDO A NACIONALIDADE EM 1920

Municípios	Brasileira	Estrangeira	Ignorada	Total
Cuidabá	33.190	441	47	33.678
Diamantino	4.448	19	8	4.475
Livramento	8.749	8	3	8.760
Mato Grosso	797	409	---	1.206
Poconé	7.022	49	17	7.088
Registro do Araguaia	5.390	52	6	5.448
Rosário Oeste	12.486	40	17	12.543
Santana do Parajahiba	10.076	62	5	10.143
S. Antonio do Rio Acima	13.614	92	8	13.714
S. Antonio do Rio Madeira	15.066	2.934	---	18.000
S. Luiz de Cáceres	10.809	486	21	11.316
Aquidauana	8.639	1.186	1	9.826
Bele Vista	6.455	3.280	---	9.735
Campo Grande	19.338	1.964	58	21.360
Corumbá	16.550	2.955	42	19.547
Coxim	6.779	103	21	6.903
Miranda	5.987	812	20	6.819
Nioaque	7.075	832	---	7.907
Ponta Porã	17.959	7.497	62	25.518
Porto Murtinho	2.283	1.297	6	3.586
Três Lagoas	8.240	803	1	9.044

(BIANCHINI, 1994: 275)

O censo de 1920, acusava, para o Estado de Mato Grosso, 25.321 estrangeiros. O maior contingente era expresso por paraguaios em número de 13.118, seguidos por argentinos, 2.833 e bolivianos, 2.090 (BIANCHINI, 1994:280) Nos municípios ervateiros, os estrangeiros eram em número de

12.074. Destes, 9.404 eram de nacionalidade paraguaia, assim distribuídos: Bela Vista (2.853), Ponta Porã (5.478) e Porto Murtinho (1.073) (BLANCHINI, 1994:281). Conclui-se, então, que a população paraguaia em Mato Grosso se concentrava, em sua maioria (mais de 70%) na fronteira, sobretudo na localidade de Ponta Porã, região dos ervais.

A maior parte dessa população vivia no campo, nas lides com o gado e, sobretudo, ocupando-se nas atividades de exploração da erva-mate. Por sua proximidade com o Paraguai, os municípios que integravam essa região receberam forte influência desse país vizinho. Distante de Cuiabá e isolados de meios de comunicação que os ligassem aos centros mais populosos de outros Estados, ficavam seus habitantes numa extrema dependência econômica dos municípios paraguaios que, em determinada época, eram mais desenvolvidos que as cidades do lado brasileiro.

No final do século passado e começo deste, para se chegar até Cuiabá, por exemplo, era preciso atravessar o interior do Paraguai rumo à cidade de Concepción e de lá, seguindo pelo rio Paraguai, atingir Corumbá e finalmente Cuiabá. Essa viagem foi descrita por Astúrio Monteiro de Lima que no ano de 1904 cumpriu esse roteiro com o seu avô, demonstrando o quão era difícil a comunicação naquelas paragens:

(...) viajamos a cavalo da fazenda à vila Concepción, no Paraguai, num percurso de 360 quilômetros.

Lá residia o meu padrinho, Abel Lima, do alto comércio paraguaio, que nos intimou fôssemos com ele a Assunción, capital do Nação Guarani, antes de rumarmos a Cuiabá.

Depois regressaríamos a Concepción para continuarmos o percurso de dezessete dias, viajando embarcado, rio acima; nove dias até Corumbá, onde tomaríamos nova embarcação de menor calado, em uma viagem de mais oito dias para, afinal, chegarmos a Cuiabá (LIMA, 1978:10).

As correspondências vinham também por esse país, via Assunção, e eram retiradas na cidade paraguaia de Pedro Juan Caballero, vizinha de Ponta Porã. Jornais eram impressos na cidade de Concepción e de lá também partiam as mensagens telegráficas.

No comércio, o abastecimento e as trocas com o Paraguai se fizeram ainda mais presentes. As principais trocas na fronteira eram realizadas com o comércio paraguaio, na cidade de Concepción. Comerciantes negociavam o gado mato-grossense no Paraguai com os frigoríficos de capital inglês e adquiriam mercadorias (sal, arame, utensílios domésticos, ferramentas, calçados, tecidos, alimentos etc), seguindo através de carretas para abaste-

cer a população do lado brasileiro (LIMA, 1978:160 e 170). O contrabando era prática muito comum na região, e as autoridades não tinham controle efetivo sobre a entrada e saída livre de mercadorias. Aliás, esse comércio ilegal era realizado com a conivência dos guardas da fronteira que faziam «vistas grossas» para essa prática, quando não, «(...) auxiliavam a repontar as boiadas de contrabando, ou acompanhavam as carretas até que estas vencessem a zona de perigo, alcançando 'salva terra' »(LIMA, 1978:171).

Graças a essas facilidades, brasileiros se dirigiam para o lado paraguaio e instalavam as principais casas comerciais da região¹³. Por esse motivo, a cidade paraguaia de Pedro Juan Caballero se desenvolvia mais rapidamente que sua vizinha Ponta Porã (REIS, 1981:57). A esse respeito, preocupava-se o deputado federal Annibal de Toledo alertando para os «sérios problemas de nacionalidade» que poderia vir a acarretar a influência dos países vizinhos nas fronteiras mato-grossenses. Observava o deputado mato-grossense:

Quem percorre as fronteiras brasileiras com a Bolívia e mesmo com o Paraguay tem a dolorosa impressão de inferioridade da nossa parte, em quasi tudo, nos edificios das repartições publicas, nas suas installações, no seu material, nos processos administrativos e fiscaes e até mesmo na escolha dos funcionarios e no desempenho que estes dão ao exercicio dos seus cargos(...)(TOLEDO, apud VASCONCELLOS, 1917:115).

A aproximação econômica com o Paraguai foi mais intensa até o período em que foi inaugurada a estrada de ferro Noroeste do Brasil, no ano de 1914, a qual veio facilitar a comunicação entre as cidades fronteiriças e as cidades de Aquidauana e Campo Grande que passaram a fornecer mercadorias vindas de São Paulo. A região da fronteira não era servida pela estrada de ferro, mas era ligada por meio de estradas carreteiras até as cidades que foram beneficiadas com esse meio de transporte. A partir de então, as correspondências antes vindas pelas vias paraguaias, mudaram de roteiro para virem, em 1917, por Campo Grande¹⁴. (ROSA, 1962:52)

Contudo, a mudança no setor comercial que se transportaria do Paraguai para Campo Grande não quebrou de forma definitiva a ligação que a fronteira tinha com esse país, nem alteraria de forma significativa a estrutura sócio-econômica dessa região. Não podemos nos esquecer que a entrada e saída de mercadorias por essa via era «livre» de impostos e que esta prática, sem o controle das autoridades, sobretudo até o período do governo de Vargas, permaneceu durante muito tempo nessa região. Além disso, havia determinados tipos de mercadorias que continuaram a ser comercializados nesse país, como é o caso da erva-mate (LIMA, 1978:171). E não há como

negar que a presença da mão-de-obra paraguaia, tão necessária nos ervais, se fez sentir durante o período em que essa atividade foi explorada em Mato Grosso.

Dessa maneira, a alteração no eixo econômico não significou, na região da fronteira, um corte nas relações entre as populações dos dois países devido à importância que tinha a erva-mate nessa região que dependia, sobretudo, da mão-de-obra paraguaia.

Assim, os municípios próximos à fronteira tiveram uma profunda ligação com o Paraguai que se manifestou não só no plano econômico, mas também no campo cultural, político, social, etc¹⁵. E essa dependência que se fazia sentir em todos os âmbitos, se manifestaria também no campo do ensino a ponto de o presidente do Estado Joaquim Augusto da Costa Marques, em visita a Ponta Porã, em 1912, ter se «contristado» de observar que os brasileiros atravessavam a fronteira para receber «os primórdios de sua educação intelectual, moral e cívica em uma escola estrangeira» (MARQUES, 1913).

O ensino na fronteira com o Paraguai: eram as escolas responsáveis pela educação do homem fronteiriço?

As escolas criadas na fronteira tinham duração efêmera, eram distantes dos campos, dificultando a frequência regular e eram logo fechadas. Muitas, não chegavam sequer a funcionar. Nota-se através do discurso dos presidentes de Estado que a falta de recursos para manter as escolas provendo-a de um mínimo de estrutura que pudesse atender as crianças pobres, aliada à necessidade de seus pais em manter seus filhos no trabalho eram as principais causas que contribuíam para que o ensino não progredisse no interior da província.

As reivindicações para instalação de escolas nessa região verificaram-se começo do século e nos anos seguintes e partiram de alguns fazendeiros, de pequenos proprietários de terras ou, ainda, das nascentes camadas médias urbanas como comerciantes, funcionários públicos, profissionais liberais etc, que começavam a se instalar nas cidades e que não possuíam recursos para enviar seus filhos em internatos fora da região. Isso foi ficando mais evidente à medida que as cidades cresciam e as populações aumentavam.

Pode-se observar que as poucas e precárias escolas que surgiam na fronteira eram instaladas pela iniciativa particular, geralmente, de fazendeiros da região. É o que afirma Hélio Serejo quando se refere às escolas na região da fronteira:

As escolas existentes ao longo da fronteira (difícil recordar a localização), todas elas eram «particulares», recebendo, porém, ajuda da municipalidade, o que é justiça salientar. Não se pode desprezar a preciosa ajuda de fazendeiros, comerciantes, ervateiros, bolicheiros, agricultores e... até mascates que muito contribuíram para manutenção da maioria dessas escolas.

Na época longeva padecia, em matéria de educação, o governo estadual, tão rara era a sua colaboração, mormente, na pouca povoada região fronteiriça (SEREJO, 1999) (grifos nossos).

Sob o título «A escola que acabou à bala», Astúrio Monteiro de Lima, conta em seu livro de memórias o caso de uma dessas escolas, criada por um fazendeiro, coronel sulista da região de Nioaque que tinha «uma vocação extraordinária para comandar as iniciativas, uma vez que estas o impeliam sempre para as posições de vanguarda, mormente nos movimentos da atribulada vida política e administrativa do município de Nioaque (...)» (LIMA, 1978:130). Montou a escola em sua fazenda e enviou cartas a amigos que possuíam filhos em idade escolar, informando-lhes a respeito de sua iniciativa. A carta, segundo Lima, apesar de «muito amistosa e fraternal, não deixava de representar, no fundo, uma advertência e uma intimação, pois era de seu desejo ver os meninos da região frequentando a sua escola, gratuitamente (...)» (LIMA, 1978:130). A escola em questão teve seus dias contados, tendo sido abandonada em meio a um tiroteio, numa das investidas que o coronel revolucionário Bento Xavier promovia na fazenda do inimigo (LIMA, 1978:131).

Além das dificuldades da total falta de estrutura de que dispunham as escolas na região, como prédios inadequados, inexistência de material didático, móveis, etc, o ensino na fronteira era prejudicado, ainda, pela constante intranquilidade local causada pelas revoluções armadas e pelo banditismo, fazendo com que a população vivesse em constante sobressalto, prejudicando, também, a frequência das crianças nas escolas.

O relato de um professor responsável pela instalação e pelo funcionamento da escola estadual de Lagunita, povoação pertencente ao município de Ponta Porã, é revelador sob esse aspecto. Criada para começar suas atividades em fevereiro do ano de 1916, a escola teria conseguido funcionar regularmente somente durante três meses. Assim se justificava o professor de Lagunita, em seu relatório dirigido para o inspetor escolar:

A escola não poudo funcionar durante o mez de Fevereiro findo, visto ter sido installada sómente a 1^a de Março. Nos mesez de Março e Abril não foram organisados os respectivos mappas mensaes por se achar a Escola em estado ainda de organização, e, devido á perturbação da ordem publica em todo o Estado, deixou de funcionar a escola desde Agosto em diante apezar dos esforços empregados (SANTOS, 1916).

A frequência, segundo o professor, era de 80%, 77% e 71% nos três meses de funcionamento. A maior parte dos alunos era filho de imigrantes gaúchos – 23 dos 38 matriculados – e percorriam em média 9 km para chegar à escola.

Outra causa que contribuía para o não funcionamento das escolas era a falta de professores para ministrarem o ensino. Os baixos salários oferecidos aos professores das localidades menos desenvolvidas, o custo de vida mais elevado das vilas mais distantes, somados aos constantes atrasos em seus salários faziam com que estes não se interessassem em exercer essa profissão, sobretudo nas localidades mais afastadas. Além de receberem baixos ordenados eram os professores responsáveis, ainda, pelo pagamento de metade dos aluguéis das escolas.

Assim, devido a precarização das poucas escolas instaladas na região, era comum que crianças vivendo nos municípios próximos à fronteira procurassem estudar no país vizinho, bastando, para tanto, atravessar a linha que separava os dois países.

Em visita oficial à região sul, em 1912, o presidente de Estado Joaquim Augusto da C. Marques ao registrar o mau funcionamento do correio naquela localidade, teria observado a mesma ocorrência em relação às escolas públicas de Ponta Porã, que também « não funcionavam por falta de professores» registrando, ainda, que nem casa para escola lá havia. Todavia não podia dizer o mesmo das escolas do outro lado da fronteira:

(...) na povoação paraguaya funcionava uma escola graduada, bem installada e bem dirigida, e que tambem era frequentada pelas crianças da povoação brasileira que alli iam receber instrucção em lingua castelhana! (...) recebi a visita official do corpo docente e dos alumnos d'essa escola e apreciei não só a desenvoltura e o adiantamento d'estes como a competência do director e dos professores: Constrictou-me esse facto de irem os filhos dos nossos compatricios receber os primórdios da sua educação intellectual, moral e civica em uma escola estrangeira e tenho-me esforçado para pôr termo a esta lamentavel anomalia (MARQUES, 1913: 15).

A procura pela população da fronteira por escolas no Paraguai foi muito comum não só no início do século, mas, também, até a década de 40. Num relatório dirigido, no ano de 1939, ao Interventor do Estado, o Prefeito de Ponta Porã reclamava da falta de escolas na região da fronteira, relatando ser comum crianças brasileiras na vila de Antônio João, passarem a linha divisória para estudar na cidade paraguaia de Capitão Bado. Constatava ainda, que esse fato se registrava em outros pontos da fronteira (MANVAILER, 1939:10-11).

Em Canaã do Oeste, obra escrita nos anos 1940, Mello e Silva (1989:79) também destaca esse fato, elogiando as escolas paraguaias que eram em maior número e muito melhor estruturadas:

O elevado número de escolas primárias que o Govêrno paraguayo mantém ao longo de suas fronteiras com o Brasil deveriam servir de lição e de estímulo para os nossos governantes.

E não são escolas de fancaria. São escolas de verdade, providas com professores de comprovada habilitação.

Na extensão que vai de Pedro Juan Caballero até Igatemi (sic), compreendendo San Fernando, Capitan Bado, Ipêhum e inúmeras outras localidades, encontram-se instaladas, antes da revolução paraguaya¹⁶ maior número de escolas do que aquêl que tivemos no município de Ponta Porã, mesmo na vigência do Território [Federal] (SILVA, 1989:79).

Carente de recursos para atender as poucas e improvisadas escolas da região¹⁷, contou o Estado, também, com o auxílio da poderosa Companhia Matte Larangeira que fornecia prédios e materiais para as escolas da fronteira. Em Bela Vista, conforme notava o presidente de Mato Grosso em 1913, teria a Companhia doado todo mobiliário para a única escola que funcionava naquele município (MARQUES, 1913:16). Em Porto Murinho, havia o presidente verificado também, que o prédio em que funcionava a escola destinada ao sexo feminino, fora doado pela Companhia.

Na década de 20, é instalado em Ponta Porã o prédio do primeiro grupo escolar da fronteira, construído pela Companhia Matte Larangeira, exclusivamente para ser doado ao Estado. Chamava-se Grupo Escolar Mendes Gonçalves e seria destinado a ambos os sexos, com capacidade para 60 alunos.

Nessa época, ainda, a Matte instala em Campanário, cidade por ela construída, a escola primária «Francisco Mendes Gonçalves», destinada aos filhos de empregados que a habitavam. Entretanto, a escola de Campanário, não teve alcance no meio rural ervateiro, nos locais mais distanciados.

Sempre criticada por correntes nacionalistas em ser a grande responsável pela desnacionalização da fronteira, pois empregava grande parte de paraguaios em seus ervais, procurava a Companhia, modificar costumes e eliminar o uso da língua guarani em seus domínios. É o que constata o príncipe D. Pedro de Orleans e Bragança em visita a Campanário, cidade da Companhia em 1926:

(...) a população ali falla o castelhano e o guarany; mas a Matte Larangeira procura conquistar toda aquella massa de índios e populações cruzadas com elementos indigenas á orbita de nossa influencia espiritual, ensinando-lhes o portuguez. (BRAGANÇA, 1926:16)

Contudo, mesmo observando o esforço da população em se instruir, no país vizinho e nas poucas escolas da região, verificamos que a maior parte da população dessa região se mantinha analfabeta, ainda no ano de 1920, como podemos observar no quadro a seguir:

POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO SUL DE MATO GROSSO, SEGUNDO O GRAU DE INSTRUÇÃO E NACIONALIDADE, EM 1920

Municípios	Sabem ler/escrever			Não sabem ler/escrever			Total Geral	Índice de Analfabetismo
	Nacionalidade			Nacionalidade				
	Bras.	Estrang.	Ignor.	Bras.	Estrang.	Ignor.		
Aquidauana	2.467	494	1	6.172	692	-	9.826	69,90%
Bela Vista	1.614	822	-	4.841	2.158	-	9.735	75,00%
Campo Grande	6.093	1.023	33	13.245	941	25	21.360	66,50%
Corumbá	7.116	1.450	31	9.434	1.505	11	19.547	56,00%
Coxim	1.680	61	5	5.095	42	16	6.899	74,70%
Miranda	1.350	414	-	4.637	398	20	6.819	74,10%
Nioaque	1.978	249	-	5.097	583	-	7.907	71,80%
Ponta Porá	4.055	2.351	-	13.904	5.146	62	25.518	74,90%
Porto Murtinho	770	526	6	1.513	771	-	3.586	63,70%
Três Lagoas	2.884	494	1	5.356	309	-	9.044	62,60%
TOTAL	30.007	7.884	77	69.294	12.845	134	120.241	68,40%

Fonte: BIANCHINI, 1994

Com um índice alto na taxa de analfabetismo nos municípios que integravam a região da fronteira, pode-se verificar que, ainda nos anos de 1920, a maior parte da população não tinha acesso à educação formal.

Segundo uma estimativa realizada pelo Governador de Ponta Porã, a população escolarizável nos anos anteriores a 1940, era estimada em 16.000. Desse número, apenas 1.800 crianças freqüentavam as escolas, isto é, pouco mais de 10%. A maior dificuldade em difundir a educação, segundo ele, encontrava-se na dispersão da população que se ocupava na atividade extrativa do mate.

Poucos dados se têm a respeito de menores trabalhando nos ervais. No entanto, através de relatos das obras do cronista Hélio Serejo, que expõem com muito realismo o dia-a-dia nos ervais, podemos confirmar que era comum o emprego de meninos no trabalho, em suas várias atividades:

um guaino[meninos aprendizes chamados também de huayno] de treze anos ou quatorze anos muito comum nos ervais, pode conduzir na cabeça um raído[carga de era-mate] de mais de cem quilos. A carga do mineiro adulto, aquele que sabe pisar o chão com técnica e maestria pode ultrapassar 300 quilos (SEREJO, s.d.: 85).

Serejo revela, ainda, em um conto, «Mitârussu» (rapazote), ser comum a morte dos «pequenos-grandes», vitimados pelas doenças do sertão e pela própria insalubridade do trabalho:

Quantos deles tomaram na azáfama de elaboração do mate? Centenas e centenas. Idade? entre 12 e 15 anos. Nessa faixa era mesmo um mitârussu (...) a «causa mórtis» desses pequeninos heróis que mal sabiam assinar o nome: maleita, apendicite supurada, coice de animais, queda de erveiras quando ajudavam no tiru, arrebentamento dos rins, esmagamento no tombo da carreta, picada de mboi-chini [cascavel], (...) até de facadas, [e] tiros nos bochinchos fronteiriços. (SEREJO, s.d.: 54).

Nos ervais, os meninos eram os alunos da própria necessidade:

Um aluno ervateiro que, normalmente, dá prova, logo de início, de apurado senso de responsabilidade, (...) ouve com atenção as explicações do mestre e segue as suas recomendações com obediência filial (SEREJO, s.d.: 21).

O depoimento do Sr. Ramão Oliveira, filho de um ex-ervateiro também afirma que, nessa época, era comum o emprego de menores no trabalho dos ervais e assinala que era grande o número de crianças nos ranchos ervateiros:

Criança era o que mais tinha. Lá pela idade de 12 anos já começava a trabalhar. Lembro-me de um menino que com 12 anos carregava de 80 até 120 quilos de erva. Os pais levavam para trabalhar desde pequenos porque não tinha outra coisa... não estudavam, tinham que viver com aquilo. A educação dele era aprender o que o pai fazia e as meninas aprenderem o que a mãe fazia (OLIVEIRA, 2000).

Esses meninos, empregados na elaboração do mate, eram filhos de trabalhadores ervateiros e, em sua maioria, criados nas próprias ranchadas. Havia também casos de meninos órfãos ou abandonados à própria sorte que se encaminhavam aos ervais de Mato Grosso acompanhando as levadas de trabalhadores arregimentados no Paraguai. Serejo relata o caso de um desses garotos órfãos que, com a idade de 12 anos, teria se encaminhado para a região da fronteira para se tornar um «mineiro de calidad» (SEREJO, 1989:109). Antes de se dirigir ao trabalho ervateiro, o pequeno tinha executado inúmeras atividades:

(...) fue lustrabotas, leñador, bañaba a los caballos en la «laguna», vendedor de dulces, prestrado para cualquier trabajo, cultivador de mandioca, cortador de alfafa, limpiador de patio, sereno [vigia] de depósito, ayudante de carpintero y auxiliar de fabricante de charque para ranchos yerbateros (SEREJO, 1989: 109-110).

O fator idade para se iniciar na profissão de ervateiro não era muito relevante, o que importava mesmo era «a saúde e o vigor físico» (SEREJO, 1999). Aqueles que ainda não se enquadravam nessa condição prestavam pequenos serviços como «juntar palha de milho, casca de árvore seca, gravetos e outros a fim de acender o fogo da ranchada ervateira» (SEREJO, 1999).

A partir de década de 30, a população da fronteira, sobretudo a paraguaia, começa a ser alvo de ataques de ordem nacionalista. Os anos pós 30 foram marcados por forte tendência nacionalista que, em sua linha mais radical, defendia a eliminação de qualquer cultura que se considerasse diferente do modelo «branco ideal». Essas modificações atingiam toda a fronteira e se originavam das novas necessidades impostas pelo capitalismo que exigiam um novo homem. O trabalhador da fronteira, especialmente o paraguaio

que parecia dominar pelo número, como diz Silva, não se encaixava nessas novas necessidades. Advertia Silva: «que se introduza ali, agora, um grande volume de genuínos brasileiros, para que impregnem aquele ambiente de coisas que só tenham sentido nacional» (1989:127).

Esse outro momento histórico aponta para um novo contexto na história da educação na fronteira. Por trás da ideologia nacionalista, verifica-se uma crise mundial que, nesse período, produz reações em todo o mundo. O desemprego e a super exploração do trabalho começavam a desencadear movimentos organizados temidos pelas classes conservadoras. Como forma de desviar a atenção do problema maior da crise, surgem como forte reação da burguesia, movimentos de ordem nacionalista, cujos alvos principais são os estrangeiros, negros, judeus, etc.

Nesse contexto, a população da fronteira, sobretudo a paraguaia, começa a ser um problema para a nova ordem, tendo sua cultura sido apontada como responsável pelo atraso da região. Como não foi possível eliminar a população estrangeira da fronteira, elegeu-se a escola como instituição ideal, capaz de transformar os hábitos e costumes, bem como influenciar a introdução da língua portuguesa na região que era fortemente influenciada pela língua guarani:

Os brasileiros mestiços, criados na convivência dos guaranis, não entendem o que falamos, se não descemos ao emprego de formas que atentam contra as leis da linguagem portuguesa. É por isso uma escola perniciosa que nos leva facilmente ao hábito de erros imperdoáveis (SILVA, 1989:73)

Importante missão teria a escola: nacionalizar a fronteira, impregnada por costumes da nação guarani.

A partir de 1930, então, elegem-se outras funções para a educação. Observamos que na região da fronteira a escola, até a década de 1930, não exercera nenhuma influência na educação dos trabalhadores ali instalados. Nesse local, as escolas não alcançavam o meio rural: a educação se dava no trabalho. Somente após esse período é que a educação formal começou a ser questionada, passando a merecer uma maior atenção dos governantes preocupados em «nacionalizar» a fronteira.

Assim, percebe-se que após esse época, inicia-se uma outra fase na história da educação brasileira, que passa a afetar toda a fronteira e, sobretudo, a população trabalhadora.

Refletindo sobre o papel da educação na fronteira: algumas conclusões

Como verificamos, a província de Mato Grosso passava por mudanças nas suas estruturas econômicas. Nesse contexto, a região da fronteira recebeu um novo contingente de imigrantes originários do Paraguai e do Estado do Rio Grande do Sul que vinham em busca de terras para produzir independentemente. Contudo, naquela época, isso não foi possível pois grande parte das terras eram ocupadas pela Companhia Matte Larangeira. Sem recursos, esses imigrantes se transformaram em trabalhadores, empregando-se em várias atividades do campo.

Notamos que o Paraguai exerceu grande influência naquela região que era carente de infra-estrutura. O comércio neste país era mais dinâmico, suas cidades eram mais desenvolvidas, conforme verificou-se anteriormente. Suas escolas também eram melhor estruturadas que as brasileiras e, por essa razão, teriam atraído parte da população que podia ter acesso à educação formal. Apesar de a população não se importar com o fato de estar recebendo princípios educacionais de outro país, por força do nacionalismo, as autoridades já começavam a se preocupar com essa ocorrência.

Mas, como ressaltamos e pudemos demonstrar através dos dados apontados, a maior parte da população não tinha acesso à educação formal, pois era formada por trabalhadores rurais que não podiam dispor de seu trabalho para se educar na escola. As crianças também precisavam trabalhar para ajudar seus pais. Algumas delas não possuíam família e tinham de arcar com a sua própria subsistência. Sofriam os mesmos reveses do trabalho e eram tratadas como pessoas adultas.

A partir da década de 30, começa a haver uma maior preocupação com a nacionalização da fronteira. Em razão das mudanças já apontadas, a educação formal nessa época, passa a merecer maior atenção das autoridades. Considerava-se que a escola poderia exercer um papel fundamental naquele momento, qual seja, difundir a língua portuguesa e educar no sentido de mudar os costumes da população que era influenciada pela cultura guarani. Nesse sentido era primordial que a escola privilegiasse a educação moral.

Retomando a questão inicial, podemos averiguar que o papel que a educação exercia na região da fronteira era o de educar o homem para o trabalho, contudo, essa educação se desenvolvia no próprio trabalho. Como teriam observado os presidentes de província, em suas realistas análises, era praticamente impossível cumprir a lei de obrigatoriedade do ensino nas condições materiais que se colocavam naquele período. Concluimos,

assim, que as escolas da região, até a década de 30, pouco alcance tiveram e pouco poderiam fazer para uma população concentrada no campo. A escola não exercera nenhuma influência na educação dos trabalhadores ali instalados, posto que a maior parte da população era formada por trabalhadores rurais que se ocupavam, sobretudo, do trabalho nos ervais, retirando dessa atividade a sua subsistência e ensinando seus filhos, igualmente, a retirar de seu trabalho seu meio de sobrevivência.

Bibliografia

- ALENCASTRO, J. (1883) *Relatório com que o Exm. Sr. Coronel Dr. José Maria de Alencastro Presidente da Provincia de Matto-Grosso abriu a 1ª sessão da 24ª Legislatura da respectiva Assembléa no dia 15 de Junho de 1883*. Cuyaba, Typ. De J.J. Calháo.
- ALVES, G. (1984) «Mato Grosso e a História: 1870-1929.», in *Boletim Paulista de Geografia*, Nº 61, pp. 5-81.
- BARBOSA, G. (1963) *Panorama do Sul de Mato Grosso*. Campo Grande, Correio do Estado.
- Batovy B. (1884) *Falla com que o Exmo Snr. General Barão de Batovy abriu a sessão da 25ª Legislatura da Assembléa Provincial de Matto Grosso em Outubro de 1884*. Cuyaba.
- BIANCHINI, O. (1994) *A Companhia Matte Larangeira e a ocupação da terra do Sul de Mato Grosso (1880 – 1940)*. Niterói, UFF.
- BRAGANÇA, P. (1926) *Conceitos externados pelo Principe D. Pedro de Orleans Bragança em sua visita á Campanário*. Campanário, Arquivo Público do Estado de Mato Grosso do Sul.
- BUENO, P. (1880) *Memoria justificativa dos trabalhos de ques foi encarregado á Provincia de Matto Grosso segundo as instruções de Ministerio da Agricultura de 27 de Maio de 1879*. Rio de Janeiro, Typographia Nacional.
- CORRÊA, L. (1997) *A fronteira na história regional – o sul de Mato Grosso (1870 – 1920)*. São Paulo, USP.
- CORRÊA FILHO, V. (1925) *Á sombra dos herveas mattogrossenses*. São Paulo, São Paulo Editora Ltda.
- CORRÊA FILHO, V. (1957). *Eroais do Brasil e ervateiros*. Rio de Janeiro.
- CORRÊA FILHO, V. (1969). *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro.

FERREIRA, J. (1887) *Relatório que o Exmo. Sr. Vice-Presidente Dr. José Joaquim Ramos Ferreira devia apresentar á Assembléa Legislativa Provincial de Mato-Grosso na 2ª Sessão Legislativa, no dia... de Setembro de 1887*. Cuyaba.

GALVÃO, J. (1881) *Falla com que o Exm. Sr. Vice Presidente Tenente Coronel... abriu a 2ª sessão da 23ª Legislatura d'Assembléa desta Provincia seguida do relatório com que o Exm. Sr. General Barão de Maracaju, Ex-Presidente da Provincia de Matto-Grosso, pretendia abrir a mesma sessão da respectiva Assembléa no dia 3 de Maio de 1881*. Cuyaba, Typ. De J.J. Calhão.

GUIMARÃES, A. (1992) *História dos municípios*. Campo Grande.

LIMA, A. (1978) *Mato Grosso de outros tempos: pioneiros e heróis*. São Paulo, Soma.

LISBOA, A. (1909) *Oeste de São Paulo. Sul de Mato Grosso*. Rio de Janeiro, Jornal do Commercio.

MANVAILER, P. (1939) *Relatório do Exercício de 1930 apresentado ao Exmo. Bel. Julio Strubing Müller, Interventor Federal neste Estado*. Ponta Porã.

MARACAJU, B. (1880) *Relatório com que o General Barão de Maracaju, Presidente da Provincia de Matto Grosso abriu a 1ª sessão da 23ª legislatura da respectiva Assembléa no dia 1º de Outubro de 1880*. Cuyaba.

MARQUES, J. (1913) *Mensagem dirigida pelo Exm. Sr. Dr. Joaquim A. da Costa Marques Presidente do estado á Assembléa Legislativa ao installar-se em 13 de Maio de 1913*. Cuyaba, Typ. Official.

SANTOS, J. (1916) *Relatório apresentado ao Exmo Snr. inspector escolar do município de Ponta Porã ao encerrar-se o anno lectivo de 1916 pelo professor da Escola da povoação de Lagunita*. Ponta Porã.

SEREJO, Hélio. (1986) «Carai», in Instituto Euvaldo Lodi. *Ciclo da eroa-mate em Mato Grosso do Sul*. Campo Grande.

SEREJO, H. (1989). *Pialando...no mas*. Tupi Paulista, Versiprova.

SEREJO, H. [197-]. *Carai ervateiro*. [sl: sn]. [197-].

SILVA, J. (1989) *Canaã do oeste (Sul de Mato Grosso)*. Campo Grande.

SIQUEIRA, E. (1999) *Luzes e sombras: modernidade e educação pública em Mato Grosso*. Cuiabá, UFMT.

REIS, E. (1981) *Ponta Porã: Polca Churrasco e Chimarrão*. Rio de Janeiro, Folha Carioca.

ROSA, P. (1962) *Resenha histórica de Mato Grosso (Fronteira com o Paraguai)*. Campo Grande, Livraria Ruy Barbosa

SOUZA, J. (1949) *Evolução histórica sul de Mato Grosso*. São Paulo.

VASCONCELLOS, F. (1917) *O Dr. Annibal de Toledo e o estado de Matto Grosso*. Porto Esperança, Typ. Jornal do Commercio.

Notas:

¹ Esse artigo é parte de uma pesquisa mais ampla, que discute a educação do trabalhador ervateiro em Mato Grosso.

² Esse período pode ser caracterizado como um período de transição da economia mundial que caminhava da fase da livre-concorrência para a imperialista ou monopolista. Em relatório final para elaboração de trabalho dissertativo, procuramos evidenciar que por trás das mudanças que se seguiram nas estruturas econômicas no Estado de Mato Grosso, havia uma nova composição do capital.

³ A principal estrada utilizada era a que passava por Goiás província vizinha de Mato Grosso. No ano de 1818, Luiz D'Alincourt (1975 *apud* ALVES, 1986: 11), numa viagem realizada por essa via, registra em seus apontamentos, de São Paulo à Cuiabá, uma distância de 355 [de léguas e de 125 o número de paradas entre uma cidade e outra, ou seja, teria percorrido 2.347,95 km em 4 meses e 5 dias de viagem. Francisco Antonio Pimenta Bueno, (1880:23) contratado em 1879 pelo governo imperial para proceder a um estudo sobre as potencialidades de Mato Grosso, incluído as vias de comunicação, constata inúmeros problemas neste setor. Analisando o caminho de Goiás relaciona as dificuldades: falta de destacamentos – possuía apenas dois – para proteção dos ataques indígenas que eram constantes, poucos paradas de abastecimento e a má condição das estradas que comportavam apenas cargueiros.

⁴ Esse fato é bastante importante se compreendermos a dependência que tinha essa região de efetivas vias de comunicação que, de certa forma, dificultavam seu desenvolvimento.

⁵ Segundo Lucia Salsa Corrêa (1997: 199) o processo migratório nos anos 1830, 1840, 1850, para o sul de Mato Grosso, deu-se através de duas vertentes. A primeira, procedente do Norte de Mato Grosso, veio fugindo da crise política desencadeada pelo movimento nativista conhecido como Rusga (1834). Essa primeira vertente se instalou no Pantanal, nos vales dos rios tributários do Baixo-Paraguai e na região da Vacaria. A segunda vertente constituída por mineiros e paulistas foi a que chegou a ocupar parte da fronteira com o Paraguai, na região

do vale do rio Miranda, rios Ivinhema, Iguatemi e Apa, à procura de campos para criação de gado.

⁶ Segundo João Batista de Souza (1949: 125-126) em informações colhidas pelo viajante Henrique Rohan, a população do Baixo Paraguai, ou seja, de Miranda, Camapuã, Anhandui e Vacaria era de 4.498 habitantes, sendo 664 civilizados e 3.834 índios. Pimenta Bueno (1880: 93) aponta na região da fronteira nos anos 1870 «duas aldeias de índios Cayoaz e Guarany, ambas com mais de 160 almas» dirigidas pelo capitão João Caetano Teixeira Muzzi. Havia ainda, segundo ele, a Colônia de Dourados (destruída na guerra e restaurada em 1873), dirigida por Rogaciano Monteiro com 19 praças e «poucos moradores nas circumvizinhanças» (1880: 94).

⁷ «(...) nesta Colonia tem entrado para as terras devoluta (sic) destá para mais de déz familias, Nacionaes e Estrangeiras, maior parte são vindas da Republica vizinha [Paraguai], e continuam a entrarem pelo motivo de não ter aquelle governo mais terras Nacionaes, por haver-las vendidas a particulares... / Esta Colonia [Miranda] dista doze leguas mais ou menos a Povoação de Nioac, e igual distancia do destacamento de Bella Vista, fica esta Colonia em um centro mais ou menos povoado por muitos Fazendeiros que vivem da agricultura, e Pastorial, em sua convivência: há mas de sesenta familias, e que reclamão uma força armada para suas garantias; Comsecotivamente nesta visinhança se tem dado muitos factos criminozos, ... serêm de mortes, ferimentos, tentativas de mortes e furtos de animaes e outros crimes e que a maior parte delles tem ficado em punes (sic)... os criminozos já tem se emvadidos (sic) para a Republica visinha... ficando elles impunes». (Pinheiro, 1889 *apud* CORRÊA, 1997: 225)

⁸ A Companhia Matte Larangeira, empresa multinacional, com sede em Buenos Aires, tornou-se uma potência na região do Prata. Ligada ao capital financeiro, chegou a monopolizar, através de contratos de arrendamento, milhões de hectares (cerca de 3 milhões), impedindo o acesso livre à terra e forçando grande parte da população do campo a se empregar em suas atividades. Essa empresa teve uma importante atuação na economia mato-grossense, pois explorou os ervais por mais de cinco décadas, chegando, até mesmo, a conceder empréstimos ao Estado. Como resultado, passou a exercer um controle político e econômico muito grande na região. Além de controlar toda a região que circundava seus domínios, esteve ela ligada à política local e nacional, exercendo grande influência e indicando aliados para se beneficiar das decisões parlamentares. Em 1929, ocorre uma separação entre a empresa argentina e a situada no Brasil, no entanto, a maioria das ações eram ainda de posse da empresa argentina. Após a década de 30, devido à política nacionalista de Vargas, procuram seus sócios nacionalizar a empresa. A década de 30 apresentou-se desfavorável para a Matte e para o trabalho ervateiro. Enfrentou uma crise econômica e política que a afetou profundamente, tendo como resultado a diminuição de suas atividades já na década de 1940. A Argentina, grande importadora da produção mato-grossense de erva-mate, ameaçava as exportações com o crescimento de suas plantações e o aumento em sua produção. Também nessa época, o governo nacionalista de Getúlio Vargas passou a rever as concessões de terras em Mato Grosso, atingindo a Companhia que monopolizava grandes extensões. Em 1947, não consegue mais resistir e perde definitivamente o arrendamento dos ervais.

⁹ «(...) não penetravam [gaúchos] apenas para o corte das árvores e regresso imediato aos seus lares, à semelhança das submissas comitivas paraguais. Cuidavam de fixar-se ao solo promissor, embora auxiliassem os trabalhos da arrendatária» (grifo nosso) (CORRÊA FILHO, 1925: 51).

¹⁰ O censo de 1889, por exemplo, apontava para a comarca de Miranda, que abarcava os municípios de Miranda, e as freguesias de Coxim e da fronteira Nioaque, um total de 10.000 habitantes. (SIQUEIRA, 1999: 79). O censo de 1900, apontava para o município de Nioaque, que já se tornara independente, um total de 10.286 habitantes e para o de Miranda o de 4.484. Se compararmos os números do levantamento de 1900 e o de 1889, temos aí um crescimento populacional na ordem de 47%. O fato de Nioaque ter-se desmembrado da comarca de Miranda, transformando-se em vila em 1900 (GUIMARÃES, 1992: 151), já nos dá a dimensão do

crescimento dessa região e, também, de outras localidades do sul do Estado, já que Campo Grande era distrito desse município.

Nessa época, Nioaque vai ser uma importante referência no sul de Mato Grosso, centralizando todo o movimento comercial e político da região, atraindo inúmeros povoadores, sobretudo a população sul rio-grandense (GUIMARÃES, 1992: 154).

¹¹ Um desses cronistas, Emílio Garcia Barbosa afirmava que nos anos de 1893 a 1898, teriam vindo para Mato Grosso cerca de 10.000 gaúchos (BARBOSA, 1963: 161 *apud* CORRÊA, 1997: 278). Arrojado Lisboa (1909: 163 *apud* CORRÊA, 1997: 278), o segundo cronista citado por Corrêa, referindo-se à primeira década do século XX, afirma que era em número de 7.000, os gaúchos que penetraram o sul do Estado.

¹² SEREJO (1986: 38) afirma que muitos trabalhadores «contratados» no Paraguai vinham sob a condição de prisioneiros e que cumpriam pena em seu país de origem

¹³ Esse mesmo fato acontecia na cidade mato-grossense de Bela Vista que tem sua homônima no Paraguai. (MARQUES, 1913: 16)

¹⁴ Mais tarde, em 1925, o comércio entre essas cidades mato-grossenses foi abreviado com a abertura da estrada de rodagem entre Campo Grande e Ponta Porã, providenciada pela comissão Rondon, responsável pela introdução de linhas telegráficas em Mato Grosso e no norte do Brasil.

¹⁵ Astúrio Monteiro de Lima, fazendeiro da região, ressalta que, além da dependência econômica com o país guarani, era forte a influência cultural e política na região: «nós da fronteira, pouco a pouco, assimilávamos dos vizinhos guaranis, os hábitos, os costumes, o dialeto, o modismo e o estilo comercial. Tão acentuadamente recebíamos essa influência, que muitos brasileiros, num entusiasmo incomum, se interessavam pela política interna do Paraguai, tomando posição de relevo neste ou naquele partido. Tudo girava na preponderância paraguaia: sua bela e emocionante música, o seu dinheiro (o preferido e o que mais circulava), suas festas alegres e entusiasmantes, e mesmo o seu civismo; porque nós, jungidos como vivíamos, esquecíamos o culto aos nossos heróis, olvidando os grandes vultos do passado...» (LIMA, 1978: 172). Ricas de informações e detalhes a respeito das trocas culturais entre os dois países, são as obras de Hélio Serejo.

¹⁶ Mello e Silva se refere à Revolução de 1947 que depôs o Presidente General Higínio Morínigo.

¹⁷ «Notei deficiencia de mobiliario e de material escolar (...) observei até a ausência de cartas geographicas e de quadros negros(...)» (MARQUES, 1913: 17).